

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

RENATA ALBUQUERQUE LIMA

WILSON ENGELMANN

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente **Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente **Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente **Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente **Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D597

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Renata Albuquerque Lima; Wilson Engelmann; Jerônimo Siqueira Tybusch. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-705-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

O Grupo de Trabalho Direito e Sustentabilidade I já passou por várias edições no âmbito dos Congressos e Encontros do CONPEDI, consolidando-se como referência na área de Direitos Especiais, mais especificamente na conexão interdisciplinar entre Direito, Sustentabilidade, Ecologia Política e Geopolítica Ambiental. Nesta edição do XXVII Congresso Nacional do CONPEDI - Porto Alegre - RS, contamos com a apresentação e publicação de 21 artigos científicos que abordaram temáticas como Nanotecnologia, Princípio da Precaução, Segurança Alimentar, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, Poluição Marítima Internacional, Sustentabilidade, Obsolescência Programada, Educação Empreendedora, Consumo, Transgenia, Cidadania, Governança, Gestão de Riscos Ambientais, Desenvolvimento Sustentável, Equidade Intergeracional, Desenvolvimento Humano, Justiça Ambiental, Desenvolvimento Humano e Gestão de Resíduos Sólidos. A agradável leitura dos textos demonstrará a integração e, ao mesmo tempo, o alcance multidimensional das temáticas, tão importante para uma visão crítica e sistêmica na área do Direito.

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Renata Albuquerque Lima (UNICHRISTUS)

Prof. Dr. Wilson Engelmann (UNISINOS)

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DIANTE DA SOCIEDADE DO RISCO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VULNERABILIDADE E MARGINALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS

A (IN) FOOD SECURITY BEFORE RISK SOCIETY: AN ANALYSIS FROM VULNERABILITY AND MARGINALIZATION OF HUMAN NEEDS

Nathália Facco Rocha ¹

Isabel Christine Silva De Gregori ²

Resumo

A pesquisa e o desenvolvimento científico são indispensáveis para evolução das sociedades, porém suas consequências nem sempre são previsíveis. Dito isto, o presente artigo tem por finalidade estudar a (in) segurança alimentar sob a ótica da teoria do risco. Assim, questiona-se em que medida a (in) segurança alimentar está diretamente atrelada a vulnerabilidades sociais, econômicas, informacionais e ambientais? Ao final, concluiu-se que embora os riscos existam para toda sociedade, suas consequências serão sofridas de forma mais acentuada pelas populações mais vulneráveis. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, com relação ao procedimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Insegurança alimentar, Desigualdade, Marginalização, Teoria do risco, Vulnerabilidade

Abstract/Resumen/Résumé

Research and scientific development are indispensable for the evolution of societies, but their consequences are not always predictable. The purpose of this article is to study food (in) food security from the point of view of risk theory. Thus, the question to what extent is (in) food security directly linked to social, economic, informational and environmental vulnerabilities? It was concluded that although the risks exist for every society, their consequences will be more acutely affected by the most vulnerable populations. The method of approach used was the deductive, in relation to the procedure was used bibliographical and documentary research.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Food insecurity, Inequality, Marginalization, Risk theory, Vulnerability

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

² Professora na Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem por objetivo estudar a (in) segurança alimentar sob o olhar da teoria do risco, a qual elucida claramente a marginalização das necessidades humanas. Também tem por intuito analisar como a vulnerabilidade da população, em suas distintas esferas, possivelmente afetará na distribuição de quem sofrerá os riscos e, por consequência, contribuirá para a acentuação das desigualdades entre os indivíduos.

É de conhecimento de todos que o desenvolvimento técnico e científico se fazem indispensáveis para o progresso da nação. No entanto, muito do que foi desenvolvido passou a ser utilizado sem o devido estudo e compreensão de quais danos as novas técnicas poderiam trazer ao longo dos anos para vida em sociedade. A sociedade do risco se apresenta cada vez mais vulnerável à imprevisibilidade frente aos possíveis danos que o planeta poderá vir a sofrer, em sua maioria, os riscos advêm das incertezas sobre o que realmente existe por de trás de todos os benefícios que a ciência, a pesquisa e o desenvolvimento trazem consigo.

Fato é que o risco está presente e acompanha a todos cotidianamente. A exemplo disso, tem-se o consumo de alimentos, uma vez que as indústrias cada vez mais produzem novas técnicas e modificam os alimentos, alterando em vários casos o ciclo biológico da produção, sem saber se no futuro tais modificações alterarão a vida e a saúde do ser humano.

Visualiza-se também como motivo de insegurança alimentar a utilização de vários insumos, a exemplo de herbicidas e agrotóxicos, que geram ferrenhas discussões sobre a influência destes no desencadeamento e surgimento de doenças. Outro aspecto interessante, se dá no que concerne a falta de informação e esclarecimento diante do que está presente nos alimentos que a população está consumindo, atrelando-se muitas vezes a falta de informação como uma medida arquitetada pela mídia e pelas grandes empresas para que, sem a devida informação, as mesmas se mantenham no poder.

Assim, para desenvolver a temática da pesquisa, o presente artigo procurou responder a seguinte pergunta: em que medida a (in) segurança alimentar está diretamente atrelada a vulnerabilidades sociais, econômicas, informacionais, ambientais e por isso os riscos não serão sofridos de maneira igualitária por todos os membros da sociedade?

Para tanto, a mesma está dividida em dois capítulos, sendo o primeiro intitulado de “A sociedade do risco e marginalização do homem e de suas necessidades”, no qual será ilustrado como surgiu a teoria do risco e como esta, claramente pode ser evidenciada até os dias atuais, posto que a insegurança trazida pela busca de acumulação de riquezas da fase industrial e pós

industrial acarretam riscos e como estes não se mostram divididos de forma igualitária perante todos os membros da sociedade, já que os que se encontram em situações de vulnerabilidade tendem a sofrer mais do que aqueles que se encontram no centro da sociedade.

Já, no segundo capítulo, denominado “A (in) segurança alimentar: A dicotomia entre a necessidade de consumir e o desconhecimento do que se consome sob a ótica da sociedade do risco e do poder”, será demonstrada a dualidade existente entre as necessidades humanas de alimentar-se e o desconhecimento do que se está consumindo, pelo viés de falta de informação e compreensão dos consumidores, tudo isso atrelado às relações de manutenção de poder das grandes empresas, mantidos pela mídia e seus discursos cheios de interesses particulares, além de, mais uma vez, demonstrar que, também, no tocante à insegurança alimentar, a população que se mostra mais vulnerável sofrerá mais com os riscos que poderá advir das técnicas que até hoje causam desconfiança e medo.

No tocante ao Método de Abordagem, o presente artigo estabelece o Método Dedutivo. Com relação ao Procedimento o mesmo será realizado por intermédio da pesquisa bibliográfica e documental, onde a primeira será realizada por meio da documentação indireta, que será efetivada com a utilização de doutrinas, artigos científicos, teses, sites oficiais, revistas científicas e o segundo será realizado através de documentos oficiais, arquivos públicos, fontes estatísticas, entre outras.

1. A SOCIEDADE DO RISCO E MARGINALIZAÇÃO DO HOMEM E DE SUAS NECESSIDADES

A evolução da sociedade, por si só, traz consigo inúmeras situações desconhecidas, as invenções, descobertas e o aprimoramento tecnológico propiciam uma sociedade que se transforma e se adequa com o novo. Muito embora não se deseje, algumas vezes, a mudança, ela está latente e com ela se apresentam inúmeras dificuldades que uma sociedade despreparada e desordenada passa a ter que lidar, atingindo de pronto todos os setores que influenciam a vida em coletividade.

Todo o período de industrialização e pós industrialização trouxe consigo riscos que foram deixados de lado devido a ascensão visível do progresso das sociedades, o desenvolvimento do conhecimento humano, tanto no tocante técnico como científico, estava vinculado diretamente com a acumulação e produção de riquezas. Porém, se esta sociedade não sofresse de influências externas, a estrutura até então montada, seria realmente uma estrutura

de sucesso ímpar, no entanto possíveis falhas nas instituições e normas fizeram que todo o cenário ideal se modificasse e uma série de novos riscos se apresentassem, riscos estes que afetam a população como um todo, mas de forma mais gravosa as populações que se mostram a margem da sociedade, ou seja, os vulneráveis (MACHADO, 2005).

Os “riscos” até o momento vivenciados se davam de forma previsíveis. No entanto, quando novas técnicas passaram a ser utilizadas, o desconhecido tornou-se um adversário indefinível. Agora, os riscos que eram visíveis se mostram invisíveis e assombram a sociedade, haja vista que suas consequências nunca foram vivenciadas anteriormente por nenhuma sociedade, mas pressente-se que os efeitos podem acarretar consequências na economia, na política, saúde, nos alimentos, entre outros aspectos que circundam a vida em sociedade (BECK, 2010).

Nesse mesmo contexto, Bauman aduz que:

Em um planeta extremamente envolvido na rede da interdependência, nada que os outros façam ou possam fazer nos deixa seguros de que não afetará nossas esperanças, chances e sonhos. Nada que nós façamos ou deixemos de fazer, nos permite afirmar com confiança que não afetará as esperanças, chances e sonhos de alguns outros que não conhecemos ou dos quais sequer ouvimos falar. Agora é comum discutir nossa nova condição de conectividade e interdependência universal e abrangente em termos de riscos e consequências imprevistas – mas é de se imaginar se o conceito de ‘risco’ apreende e transmite a verdadeira novidade inserida na condição humana pela globalização unilateral (2008, p. 128-129,).

Visualiza-se assim, que os riscos são novidades que podem acometer a vida em sociedade, assim como seu objetivos e sonhos, ao passo que sendo imprevisíveis podem afetar de distintas formas a condição humana. Os riscos, por serem indefinidos causam estranheza e insegurança, assim, a condição da vida humana está à mercê do desconhecido.

Como se pode observar, o risco é embasado na insegurança e, por isso, se faz imprescindível distinguir perigo de risco pós período de industrialização, mesmo existindo uma similitude de entendimento sobre os conceitos, os mesmos se diferem, principalmente devido ao conhecimento e previsibilidade. Pode-se dizer que o perigo está ligado ao enfrentamento, circunstâncias fáticas visualizadas, ou seja, é onipresente, algo que acontece em todas civilizações ao longo de séculos e, se enfrentado, sabe-se das possíveis consequências. Já o risco está relacionado ao estranhamento, o desconhecido, uma vez que está relacionado a condutas humanas, as quais se modificam ao longo dos séculos, sendo vistos como artificiais,

que só existem pelo fato do homem ter por intuito dominar as técnicas, mesmo desconhecendo as consequências de suas ações. (HAMMERSCHMIDT, 2002).

Coadunando com tal entendimento, Motta dispõe:

A ambiguidade do risco reside na necessidade de decisão que ele implica: pesar oportunidades e perdas. Toda uma ciência do risco se desenvolveu e nasceu o cálculo probabilístico, a primeira tentativa de controlar o incontrolável. O risco tem uma dimensão de experimentação: não se pode teorizar sobre ele, é da ordem da probabilidade (MOTTA, 2009, p. 200).

Posto é que o risco já está inserido na sociedade e pode acarretar em consequências de grandes proporções, a probabilidade de algo desconhecido dar errado e acarretar grandes catástrofes se mantém no mundo das incertezas, pois trabalha-se com probabilidades, as quais estão se concretizando com o passar dos anos e que, de forma alguma, foram previstas da maneira nas quais se apresentam. O intuito de acumulação de riqueza não suscitou quais seriam os danos futuros, já que são desconhecidos, e de que forma atingiriam as pessoas, o pensamento era presente, desconsiderando qualquer possibilidade de eventuais desastres num futuro, por isso chama-se a sociedade pós-industrial de sociedade do risco, pois a mesma foi moldada pelos ditames do homem, que almejava mudanças rápidas e imediatas sem medir as consequências a longo prazo de suas invenções tecnológicas e seus reflexos (BECK, 2010).

A sociedade do risco, contemporânea do Estado de bem-estar social, teve por intuito inicial a busca da justiça social, por intermédio de desenvolvimento, tecnologia e produção de riquezas que poderiam suprir as necessidades das gentes. Fato é que os riscos não atingem a todos de mesma maneira. Muito embora tenha-se idealizado um Estado de justiça social, a população mais vulnerável a qual se difere devido a condições espaciais, sociais, econômicas entre outras, evidenciam diferentes modos de exposição e de fragilidade de grupos sociais aos riscos (MENDONÇA, 2011). Diante do conceito distorcido de justiça social, a sociedade reivindica uma reinvenção dos conceitos de justiça e a adequação deste a realidade, posto que a justiça social é seletiva, mas os riscos quais serão expostos não (BECK, 2011).

Pode-se dizer que justiça é uma invenção social que admite inúmeras interpretações. Para melhor entender o é justiça se faz pertinente e mais adequado compreender o que é injustiça, uma vez que:

As injustiças estão relacionadas as profundas divisões sociais, ligadas a divisões de classe, sexo, nível social, domicílio, religião, comunidade e outras barreiras estabelecidas, muitas vezes é difícil superá-las para chegar a uma análise objetiva do

contraste entre o que está acontecendo e o que poderia ter acontecido – contraste este fundamental para o avanço da justiça (SEN, 2016, p.424).

Os riscos, como já mencionado, são um produto da expertise humana, sabe-se que nem todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades, condições sociais e condições financeiras. As pessoas que se encontram em posição de desigualdade pouco podem fazer para não serem vítimas de algo que a própria sociedade implementou. Para os que estão à margem da sociedade, os efeitos oriundos da sociedade do risco são mais grandiosos, posto que estão mais suscetíveis a mazelas sociais, podendo somente contar com a boa vontade de quem pode amenizar as futuras consequências, e torcer, em primeiro momento, com a sorte.

A reprodução de riscos está ligada faticamente a um cenário de desigualdades. Esta afirmação é evidenciada quando se trata das instalações de fábricas de grandes corporações que se alocam em regiões pobres e segregadas. Separando pessoas, de modo que parte da população pode aceitar os efeitos gerados pelos grandes empreendimentos e outra parte não o merecesse e, por isso, não pode estar sujeita a tais riscos, mais uma vez evidenciando que a acumulação de riqueza se sobrepõe a incidência de riscos (ALEXANDRE, 2000).

A exposição mais efetiva a riscos, mesmo que estes ainda se encontrem no mundo das ideias, se mostra mais previsível quando é visto sob a ótica do alocamento da população em zonas vulneráveis. Os indivíduos que estão fora do contexto tradicional de sociedade, sem o devido padrão de cuidado e proteção social, por diversos motivos como crise econômica, raça, cor, etnia, desemprego, são mais frágeis e suscetíveis a grandes riscos, pois as condições que vivem já os tornam frágeis por natureza.

A “zona” de vulnerabilidade para Castel é:

um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação (CASTEL, p. 27, 1997).

As zonas de vulnerabilidade se mostram como um retrato, evidenciando qual camada populacional sofrerá primeiro as consequências caso, tudo que era imprevisível, se desenvolva. Assim, quem não se encontra dentro de tais zonas, ou seja, não está à margem da sociedade tradicional, possui implicitamente privilégios nos desdobramentos dos riscos, haja vista que viver como um vulnerável multiplica as consequências de algo que por ser desconhecido pode

ser grandioso (CASTEL, 2005). A exemplo disso, tem-se os grandes conglomerados de residências que estão sujeitos a deslizamentos, pois não se tem o devido escoamento de água, porque não se pensou na estrutura das cidades antes de modernizá-las, já que o objetivo era a curto prazo; também, tem-se os efeitos da poluição, como mencionado anteriormente, as empresas escolhem quem irá sofrer os efeitos colaterais de seus empreendimentos, entre outros que poderiam ser citados.

Diante disso, a partir da década de 1990, questões atreladas à modernização, as quais acarretaram mudanças estruturais dentro da sociedade, passaram a ser pauta de discussões ferrenhas, haja vista que estas, ao se inserirem no contexto globalizado, trazem consigo mazelas até antes desconhecidas, deixando desamparada uma grande parcela da população, a qual cresce desenfreadamente, constituindo assim uma sociedade maior e atrelada a inúmeros riscos acumulados (BECK, 2010).

As mudanças estruturais refletem que, com passar dos anos, o homem continua a se desenvolver, e, de igual modo, criar novos riscos. Os riscos encontraram desdobramentos, mas suas disseminações ainda estão ligadas com a modernidade, fato é que para combater o sentimento de insegurança se faz necessário que se recrie as proteções (CASTELS, 2005)

Percebe-se que não se mostra real o interesse para que todos tenham maiores proteções e melhores condições de lidar com os possíveis riscos oriundos pelo desejo desenfreado de acúmulo de capital. A sociedade não para de se modernizar, criar e recriar riscos, já que tecnologias são utilizadas para suprir carências que antes eram supridas de forma natural. No setor alimentar, ainda não se sabe as possíveis consequências da intervenção humana no curso biológico natural da formação dos alimentos, porém tais práticas estão a serviço da população que, em sua maioria, desconhece o que consome pelo simples fato de ter que consumir ou ainda por necessitar optar por preços mais acessíveis, acaba por se tornar a única opção plausível (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2010).

Vive-se uma insegurança em todos os setores da vida em sociedade. Tem-se discutido tudo o que de bom a tecnologia proporcionou e proporciona, assim como, as dependências e efeitos colaterais. A exemplo do setor alimentar, as consequências da intervenção humana ainda se mostram desconhecidas, mas a desconfiança e a insegurança estão em todo o lugar, o que é consumido requer mais atenção, posto que seguidamente surgem doenças atreladas a hábitos alimentares, doenças essas que emergiram com a mudança estrutural e, por consequência, do consumo alimentar da sociedade – sociedade esta que consome sem ao menos saber o porquê e o que efetivamente está a consumir.

2. A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR: A DICOTOMIA ENTRE A NECESSIDADE DE CONSUMIR E O DESCONHECIMENTO DO QUE SE CONSUME SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE DO RISCO E DO PODER

Não há como negar que a ciência e a tecnologia, quando usadas de forma consciente, proporcionam uma maior qualidade de vida. A sociedade necessita de conforto e de praticidade para que consiga realizar suas tarefas de forma mais otimizada de seu tempo. Quando se trata do aprimoramento de alimentos, surgem ainda dúvidas e discussões a respeito do que de fato todas as modificações, com intuito de melhoramento, podem acarretar num futuro, quem sabe, nem tão distante, causando a chamada insegurança alimentar sob o viés do desconhecimento do que se consome, bem como dos possíveis riscos oriundos de tal ingestão.

Vivencia-se uma sociedade que troca de hábitos com facilidade, pois a mesma se adequa às imposições determinadas pelos detentores de poder e pouco questiona o que consome e os motivos reais de consumir. Com menciona Bauman:

O mundo está cheio de possibilidade, é como uma mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais dedicado comensal poderia provar de todos. Os comensais são os consumidores, a mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades: a necessidade de dispensar algumas opções inexploradas e abandoná-las. A infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha. (BAUMAN, 2001, p.75).

Posto isto, percebe-se que existem inúmeras escolhas, até em excesso, que podem ser tomadas, no ato de consumir, o que inclui o consumo alimentar. No entanto, vale ressaltar que a escolha é algo muito individual e traz consigo outros fatores além de simplesmente a possibilidade de optar, pois traz junto o fator econômico, já que é inegável que existem opções sim, mas estas poderão ser arcadas financeiramente por todos? Este questionamento assola aqueles que se perguntam sobre a disponibilidade de mercado de alguns produtos semelhantes com valor de compra distinto. Muitos são os discursos que envolvem práticas alimentares, os quais “acabam promovendo novos rumos a processos de subjetivação, orientados pela informação genética e por uma linguagem dos riscos” (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2010, p. 08).

Muito embora tenha-se excesso de variedade, ainda assim, para grande parte da população, nisso inclui-se a população brasileira, existe pouca informação e conhecimento

sobre os desdobramentos do consumo e o que é mais barato acaba por ser a opção a ser seguida. A insegurança alimentar pode ser vista por várias arestas, considerando que a vulnerabilidade econômica e social são fatores que corroboram com a insegurança alimentar, coadunando com o entendimento de que os mais vulneráveis socialmente estarão mais aptos a sofrerem com os riscos, no caso em tela, no tocante a insegurança alimentar, já que:

A insegurança alimentar relaciona-se com a vulnerabilidade social por resultar de uma combinação de fatores que podem produzir uma deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades, conforme a exposição a determinados tipos de riscos (FUNDAÇÃO SEADE)

A insegurança alimentar também, entre outros fatores, pode ser verificada pela falta de conhecimento técnico do que está sendo comprado pelos consumidores, termos técnicos dificultam o real conhecimento sobre maneiras de consumir, modos de produção e sobre o que realmente está sendo ingerido, uma vez que:

O setor agroalimentar, com as inovações na área do DNA recombinante, traz mudanças na maneira de produzir e consumir diversos alimentos. A relação social e cultural com os mesmos será posta em meio a muitos conflitos de interpretação em decorrência da racionalização científica e a maneira como é operado - pelos atores engajados neste tipo de discussão - o discurso da saúde na promoção de um sujeito perito de si e consciente dos riscos alimentares: toxinas, açúcar, gorduras trans, colesterol e contaminantes diversos (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2010).

A interpretação que se requer pode ser feita pelo consumidor, no entanto este necessita de informações básicas e de fácil entendimento sobre os componentes do que lhe está sendo fornecido, sobre a maneira de produção e de consumo. Mais uma vez, vislumbra-se que as pessoas que estão no centro da sociedade, na busca por informações saem na frente daqueles que estão à margem.

A preocupação do consumidor com níveis de açúcar, corantes, colesterol, gorduras, entre outros, de fato interessa aqueles que possuem opção de escolha; aqueles que necessitam se alimentar para sobreviver pouco se importam com o que estão consumindo, pois necessitam consumir, e quando se importam, pouco entendem o que está sendo informado, vez que a tecnicidade apresentada em rótulos dificulta o entendimento e, mais uma vez, segrega parte da população que possui pouca instrução e compreensão (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2010).

Assim, quanto mais claras e fáceis as informações disponibilizadas, maior será de fato o poder de decisão com relação ao que consumir. A flexibilidade de entendimento pode fazer

com que até os próprios riscos sejam diminuídos, haja vista que determinados produtos passam a não ter procura pelo consumidor, pois estes, com possibilidade de mais informação, mesmo com certas limitações, dentro do seu grau de compreensão, poderão excluir determinados alimentos do mercado.

Outro ponto interessante que traz dúvidas sobre o que está sendo consumido é a mídia e o seu poder de persuasão em seus discursos previamente formulados e intencionalmente disseminados. Paulatinamente, mais alimentos são ditos como maléficis e posteriormente desmentidos, os discursos passados aos sujeitos passam a trazer dúvidas e insegurança, vez que desorganizam a confiança nos sistemas, além das próprias incertezas causadas pela novidade e aplicação de técnicas e tecnologias que antes não existiam, ainda se tem a inserção de incertezas diariamente pela mídia que, por vezes, manipula informações em prol de interesse de terceiros (GIDDENS, 1991).

A mídia tenta passar a ideia de que repassa as informações aos consumidores, porém o indivíduo teria por obrigação e dever saber lidar com o que está lhe sendo direcionado, no entanto, não refuta a forma como são estruturados os discursos que se remetem a ciência e tecnologia sobre os riscos da biotecnologia no setor alimentar, haja vista que tais discursos são articulados e movidos por interesses. (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2010). A insegurança alimentar deriva também do poder que as grandes empresas do setor alimentício possuem frente à mídia e a passagem de seus discursos. Já que o que é repassado para a sociedade nada mais é que aquilo de interesse das grandes empresas, a informação real é muitas vezes maquiada pela mídia para que não se contraponha aos interesses daqueles que a patrocinam.

Os discursos refletem relações de poder e o que pode ou não a vir a aprisionar o receptor das informações, no caso o consumidor, é o quanto tal discurso é marcado por verdade. De fato, todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder e não são inertes, alheias ou independentes, uma vez que as relações de poder circulam e se transmitem. Por isso, existe uma relação entre grandes empresas do setor alimentício, mídia e consumidores, frente aos discursos colhidos de falsas verdades e atribuições de falsos riscos ou não.

Para Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de

exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Fato é que se vive em uma sociedade que se mostra insegura, posto que os próprios discursos informacionais se revestem de egoísmos, porque o discurso está intimamente relacionado a poder ou até mesmo com este se confunde, já que se tem atrelada a ideia do discurso entrelaçado ao poder, posto que o discurso “não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo;” e ainda, por meio da história, percebe-se que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1970, p. 10). Assim, evidencia-se que a construção bem elaborada de um discurso remonta um mecanismo de dominação, já que o mesmo acarreta controle dos sistemas e, onde há controle discursivo, há poder.

Ainda tratando-se do discurso repassado a sociedade, a qual por vezes acredita sem questionar no que está sendo-lhe repassado, observa-se uma tentativa de iludir sobre o que de fato o sistema tem por interesse, principalmente no que tange as grandes corporações, as quais se mostram instituições revestidas de interesses, acima de tudo econômicos, que possuem como aliados os dissipadores de informações, e isso faz com que só chegue ao receptor o que de fato interessa para manutenção do discurso, bem como, do poder.

A insegurança alimentar é verificada por distintos fatores, mas se relaciona, principalmente, com a impossibilidade de saber exatamente os riscos que se corre ao consumir determinados alimentos que são apresentados ao consumo, isto pode ocorrer devido ao desinteresse de repassar ao consumidor as informações, uma vez que acarretaria na diminuição do consumo, caso fosse ilustrada possíveis consequências, ou ainda, porque talvez nem mesmo as próprias indústrias saibam o que seus produtos, auferidos de tecnologia, podem acarretar no futuro, passo que os riscos são imprevisíveis, mas a insegurança e o medo não deixam de se fazerem presentes, conforme dispõe Beck ao tratar do conceito de risco.

Entre tantos fatores que geram insegurança alimentar na atual sociedade, um dos que mais tem causado apreensão são os riscos que correm os consumidores que se alimentam de produtos com altos níveis de agrotóxicos e as possíveis consequências oriundas de tal consumo. Conforme dispõe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a falta de informação ao consumidor sobre o alimento conter altos níveis de agrotóxicos é uma violação aos direitos humanos, posto que a vida e a saúde do indivíduo fazem parte dos direitos inerentes

a qualquer ser humano (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2010).

Ao consumir alimentos que possuem agrotóxico em altos índices, a saúde dos indivíduos poderá ser afetada com consequências a longo prazo, fator que corrobora com o entendimento que a vulnerabilidade social também está relacionada com a insegurança alimentar em diversos âmbitos, uma vez que os alimentos considerados orgânicos são economicamente mais caros e nem sempre podem ser consumidos por toda população, já que nem todo mundo despense das mesmas rendas para sobreviver, o que também acaba por segregar a população (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2010).

Percebe-se que as distintas vulnerabilidades se entrelaçam, ao passo que corroboram para o aumento da insegurança alimentar por parte de determinada camada de consumidores. A disparidade de acesso, seja ao produto menos prejudicial à saúde, posto que nem todo mundo consegue comprar o que é considerado mais saudável, bem como a informação sobre o que se está consumindo, haja vista que o entendimento do discurso repassado não é entendido por todos da mesma forma, evidencia que a sociedade não é igualitária e assim, os riscos também não são e nunca serão.

Diante desta percepção, no que tange à disparidade de preços entre alimentos que possuem altos índices de agrotóxicos e os alimentos considerados orgânicos, o que reafirma que os riscos atingirão de forma desigual as pessoas, no 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi pontuado como sugestão a ampliação da atuação do Estado na promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos, bem como da valorização da proteção da biodiversidade. Posto que, com esse incentivo à produção de alimentos sem o alto incremento de agrotóxicos atingirá uma maior parte da população, assim percebe-se que mesmo não sabendo efetivamente quais serão os riscos causados pela utilização de agrotóxicos a diminuição desta prática tem sido algo pontuado com grande frequência, assim tem-se uma previsibilidade de que consequências estão prestes a surgir, mesmo não sabendo de fato o que estas acarretarão (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2010).

Estudos apontam que as pesquisas no Brasil sobre os impactos oriundos da utilização de alimentos com agrotóxicos na saúde dos indivíduos ainda se mostram insuficientes quando considerada a extensão da carga química e os danos proporcionalmente causados até o

momento. No entanto, resta evidente que a falta de informação sobre o consumo de agrotóxicos e herbicidas, juntamente com a insuficiência de dados precisos sobre as intoxicações por tais produtos, aumentam a insegurança alimentar e cada vez mais se vive no mundo das incertezas (FARIA; FASSA; FACCHINI, 2007).

O Brasil é considerado o país que mais consome alimentos com agrotóxicos no mundo e como já vem sendo pontuado, o uso indiscriminado destes afetam comprovadamente a saúde da população, ainda que muitas das consequências que se apresentarão no futuro se mostram inimagináveis no presente. Porém, mais uma vez, os menos favorecidos sofrem e sofrerão as consequências mais drasticamente, posto que quando doentes recaem para a assistência do Sistema Único de Saúde – SUS que, em alguns casos, se mostra precário, e, em inúmeras situações possui dificuldades em diagnosticar precisamente o que é oriundo de intoxicação por agrotóxico ou não, prejudicando o tratamento e a cura das doenças (SCHMIDT; GODINHO, 2006).

Percebe-se que o consumo de alimentos dos quais se desconhecem os conteúdos de suas formulações, bem como o modo de produção e manutenção é um fator de risco para a vida humana. Muito embora os riscos possam afetar uma população no geral, sabe-se que as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, econômica, educacional, informacional, ambiental entre outras são as mais afetadas, já que é uma situação em cadeia e um fator leva a outro, levando em consideração, por exemplo, que os riscos do passado já se tornam as doenças do presente. Assim, constata-se que o risco se contrapõe ao poder quando se trata de insegurança alimentar, no tocante a desconhecimento do que está sendo consumido, embora se necessite consumi-los para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se compreender e vislumbrar o quão impactante foi o período industrial e pós industrialização, os quais foram motivados e impulsionados pelo acúmulo desenfreado de riquezas, afetando toda a conjuntura da vida em sociedade e por consequência, seus hábitos. Não se nega, em momento algum, que o desenvolvimento científico e tecnológico são imprescindíveis para o aprimoramento da vida humana e até mesmo a manutenção da espécie, o que se discute é o modo imediato de suas utilizações sem as devidas previsibilidades das consequências e danos de seu emprego.

Fato é que mesmo sem conhecer os riscos que tais experimentos poderiam acarretar na vida da sociedade, já que estes são imprevisíveis, não se pensou em sequer como evitá-los. Vale lembrar que muitos produtos oriundos deste período pós revolução industrial foram lançados, impulsionados pelo acúmulo de capital, e somente anos depois foram retirados do mercado pelos indícios de serem danosos à vida humana.

Pode-se dizer que, em termos gerais, os riscos são probabilidades de ocorrência de fatos danosos e de até mesmo grandes catástrofes, as quais poderão atingir a todos, no entanto é evidente que se darão de formas distintas. Existem pessoas na sociedade que, pelo simples fato de possuírem poucas condições econômicas, sociais, bem como, pouco acesso à educação, informação e orientação, estão mais expostas a danos ambientais, entres outras coisas, já são vítimas em potencial para sofrer devassamente os efeitos dos riscos oriundos dos experimentos passados.

Por mais que se tenha tentado implementar um Estado de Bem-estar social, à época, este se mostrou de fato uma ilusão, visto que os benefícios do desenvolvimento da sociedade não foram e ainda não são distribuídos de forma igualitária, portanto, a justiça social evidencia-se como uma grande utopia. Assim como os benefícios não foram distribuídos de forma igualitária, os riscos também não são e não serão sofridos de forma equânime entre os membros da sociedade, evidenciando na prática um real distanciamento entre justiça social e proteção social.

Importante dizer que os riscos existem em todos os segmentos da sociedade, já que a tecnologia e a ciência têm sido introduzidas em todas as áreas da vida humana. No setor alimentar, evidencia-se o risco no momento em que a falta de informação do que se consome se contrapõe à necessidade de consumir. Os alimentos, na atualidade, estão cada vez mais passando por processos que fogem da ordem natural de desenvolvimento e são lançados no mercado sem as devidas informações do que contém, do modo como foram produzidos e ainda dos malefícios que podem causar.

E, neste ponto, a mídia tem grande e incansável contribuição, pois age em conformidade com os interesses das grandes empresas, as quais juntas, formam uma rede de poder, que somente fornece ao receptor o que lhes interessa, distorcendo e por vezes manipulando todo o resto que foge de seus interesses. Além disso, insta salientar que o discurso informacional apresentado pelos meios de comunicação nas mais distintas variações, em alguns casos, também se mostra de difícil entendimento por grande parte da população, posto que

muitas pessoas possuem dificuldade de entender termos técnicos o que impede o real entendimento da informação.

No setor alimentar, percebe-se, novamente, que aqueles que estão à margem da sociedade são os que estarão mais propícios a serem vítimas de doenças causadas pela falta de cuidado, conhecimento e informação, além do uso inadequado de tecnologia e outros produtos como agrotóxicos e herbicidas. A insegurança alimentar se faz presente no cotidiano da população, os agrotóxicos e a biotecnologia são uma realidade da população brasileira e as alternativas até o momento evidenciadas não alcançam a todos, já que os produtos com poucos níveis de agrotóxicos e os minimamente modificados são consideravelmente mais caros do que os que estão dispostos no mercado a preços baixos, colocando em confronto a necessidade de consumir com o que deveria ser de fato consumido.

Outrossim, o desconhecimento do que se está consumindo, poderá acarretar em doenças até mesmo nunca vistas e, como a maioria da população brasileira depende do Sistema Único de Saúde - SUS, os pacientes terão que aguardar pelos tratamentos fornecidos gratuitamente para cuidar dos riscos do passado que se efetivaram no presente. Deve-se ainda pontuar, que por serem doenças muitas vezes desconhecidas, os tratamentos se mostram ineficientes.

Ao final, demonstra-se que as pessoas que estão dispostas fora do centro da sociedade são as que mais sofrem quando se trata dos mais variados riscos que podem atingir a população. Vulnerabilidades estão presentes por todos os lados, mas o acúmulo de capital e a manutenção do ciclo de poder fazem com que as medidas para mudar a realidade de tal segmento da sociedade sejam lentas, já que os que possuem maior estrutura social, informacional, educacional, econômica, ambiental entre outras, não serão atingidos de forma tão brutal e, para uma sociedade que ainda visa o acúmulo de riqueza desenfreado, aparentemente é isto que importa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa. F. **A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14312/13154>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. **Biotecnologias, Biopolítica e Novas Sociabilidades**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2010_bioteecnologias.pdf> Acesso em: 02 març. 2018.

BAUMAN. **Medo Líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. 1. Edição. 2010. São Paulo: 34.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

FARIA, NMX; FASSA, AG; FACCHINI, LA. **Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, n. 1, p. 25- 38, jan.-mar. 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 277p.

Fundação SEADE. **Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/subprefeitura/butanta.pdf>> Acesso em 01 mar. 2018.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Sociedade do risco e direito penal: uma avaliação de novas tendências político-criminais**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

MENDONÇA, Francisco. **Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: Inovações na análise geográfica**. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/viewFile/6557/3557>>. Acesso em 20 fev. 2018.

SCHMIDT, MLG; GODINHO, PH. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 31, n. 113, p. 27-40, 2006.